

“Por uma autêntica democracia racial!": os movimentos negros nas escolas e nos currículos de história

“For an authentic racial democracy!": the black movements in schools and in History curricula

Amilcar Araujo Pereira*

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar alguns aspectos das histórias dos movimentos negros no Brasil, assim como levar o leitor a refletir sobre a importância de se estabelecer uma prática de ensino de história que contemple as diferentes matrizes formadoras de nossa sociedade.

Palavras-chave: Brasil; movimento negro; ensino de história.

ABSTRACT

The aim of this paper is to present some aspects of the black movement's histories in Brazil, as well as lead the reader to reflect on the importance of establishing a history teaching practice that addresses the different matrices forming Brazilian society.

Keywords: Brazil; black movement; history teaching.

A frase que dá título a este artigo, “por uma autêntica democracia racial!”, encerra o documento intitulado “Carta Aberta à População”,¹ divulgado pelo então recém-criado Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR) durante ato público realizado no dia 7 de julho de 1978 nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, em protesto contra a morte de um operário negro em uma delegacia de São Paulo e contra a expulsão de quatro atletas negros de um clube paulista. Esse ato público, que contou com a participação de lideranças negras de outros estados brasileiros, além de ser um ato de protesto, tinha o objetivo de criar as bases para a construção de uma organização que unificasse toda a luta contra o racismo no Brasil. Essa luta vinha sendo levada a cabo até então por diversas organizações negras espalhadas por diferentes estados e criadas principalmente a partir de 1974, em meio ao pro-

* Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Av. Pasteur, 250, sala 233, Campus Praia Vermelha. 22290-240 Rio de Janeiro – RJ – Brasil. amilcarpereira@fe.ufrj.br.

cesso de abertura política do regime militar, que havia sido instaurado no Brasil em 1964.

Ainda em julho de 1978, o Movimento teve a palavra ‘negro’ introduzida, transformando-se no Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR). Em 1979, essa organização, que não alcançou seu objetivo de unificar a luta contra o racismo, passou a ser denominada somente como Movimento Negro Unificado (MNU), e existe até hoje, com representações em vários estados do país. Sua formação parece ter sido responsável pela difusão da noção de ‘movimento negro’ como designação genérica para diversas organizações e ações construídas a partir daquele momento.² As organizações negras criadas a partir da década de 1970 em todo o país, e que formaram o chamado ‘movimento negro contemporâneo’, não foram as primeiras organizações desse tipo, como se verá a seguir. Mas é importante ressaltar que elas contribuíram para a luta por democracia no Brasil, contra a ditadura então vigente, e representaram uma mudança significativa na luta específica contra o racismo e por melhores condições de vida para a população negra em nosso país.

Com pequenas variações, a frase citada está presente em muitos documentos elaborados por diversas organizações do movimento negro contemporâneo. A denúncia do ‘mito da democracia racial’, como um importante elemento na luta contra o racismo, é uma das características marcantes presentes nas organizações do movimento negro criadas a partir da década de 1970. Mesmo com a publicação de vários trabalhos de pesquisa demonstrando a existência de racismo e de grandes desigualdades raciais no Brasil, principalmente a partir da década de 1950 com os resultados do Projeto Unesco,³ com Florestan Fernandes à frente,⁴ e na década de 1970 com os novos estudos sobre as desigualdades raciais, ainda hoje a ideia de democracia racial, baseada na dupla mestiçagem, biológica e cultural, entre as três raças originárias, dificulta a percepção das desigualdades raciais existentes na sociedade, em função das próprias ideias que ostenta de ‘democracia’ e ‘igualdade’.

A democracia racial, muito associada ao clássico livro de Gilberto Freyre publicado em 1933, *Casa-grande & senzala*, tornou-se o centro de construção da própria identidade nacional na primeira metade do século XX. Durante o regime militar, quando se constituíram as primeiras organizações do movimento negro contemporâneo, por exemplo, o quesito ‘cor/raça’ foi retirado do Censo demográfico do IBGE, e o Brasil se apresentava em todos os fóruns

internacionais como uma verdadeira ‘democracia racial’. Vale ressaltar ainda que eram proibidos quaisquer eventos ou publicações relacionados à questão racial – que poderiam ser vistos pelo regime como algo que pudesse “incitar ao ódio ou à discriminação racial” e, segundo o Decreto-Lei 510, de 20 de março de 1969 em seu artigo 33º, poderia levar à pena de detenção de 1 a 3 anos –, e havia também o acompanhamento de perto, realizado pelos órgãos de informação do regime militar, das ações do movimento negro que se constituía em meio a esse contexto político e social.⁵

A “Carta de Princípios” do MNU, também redigida em 1978, além de trazer escrita a mesma frase que dá título a este artigo, apresentava outra importante reivindicação que também se tornou característica desse movimento social na contemporaneidade: a luta “pela reavaliação do papel do negro na história do Brasil”. Um importante exemplo dessa luta específica foi a construção, realizada a partir de 1971, em torno do 20 de novembro (data da morte de Zumbi, principal liderança do quilombo dos Palmares, em 1695) como data a ser comemorada pela população negra no Brasil, em substituição ao 13 de maio (data da abolição da escravatura, em 1888).⁶ Essa mudança engloba uma ampla discussão sobre a valorização da cultura, política e identidade negras, e pode provocar objetivamente uma reavaliação sobre o papel das populações negras na formação da sociedade brasileira, na medida em que propõe deslocar propositalmente o protagonismo em relação ao processo da abolição para a esfera dos negros (tendo Zumbi como referência), recusando a tradicional imagem da princesa branca benevolente que teria redimido os escravos. De fato, como afirma Carlos Hasenbalg, no momento da abolição a grande maioria da população negra já era livre ou liberta, uma vez que “em 1872, data do primeiro censo demográfico nacional, 74% da população de cor era livre; esta proporção eleva-se aproximadamente a 90% em 1887”.⁷ Desde a década de 1970, o 13 de maio passou então a ser considerado pelo movimento negro como um dia nacional de denúncia da existência de racismo e discriminação em nossa sociedade.

A relação com a questão da educação e, mais especificamente, com a história ensinada nas escolas como parte da luta do movimento negro “pela reavaliação do papel do negro na história do Brasil” é evidente em muitos momentos e em diferentes lugares. E a luta nas escolas, como estratégia privilegiada para atingir esse objetivo, foi frequente em grande parte do território nacional,

principalmente a partir da década de 1980. Bem antes, a Frente Negra Brasileira (FNB), criada em São Paulo em 1931, e o Teatro Experimental do Negro (TEN), criado na mesma cidade em 1944, duas das mais importantes organizações do movimento negro na primeira metade do século XX, já contavam com escolas em suas dependências para alfabetizar e instruir pessoas negras. Entre as estratégias bem-sucedidas na luta pela tão necessária “reavaliação do papel do negro na História do Brasil”, podemos observar a adotada desde o início da década de 1980 por Maria Raimunda (Mundinha) Araújo, então presidenta do Centro de Cultura Negra (CCN) do Maranhão,⁸ ao atuar diretamente nas escolas, não somente dando palestras e informando professores e alunos sobre as histórias dos negros no Brasil, mas também produzindo material didático para esse fim. Mundinha Araújo e outros militantes produziram cartilhas no Maranhão, as quais foram publicadas, por exemplo, no início da década de 1980 em Belo Horizonte, Minas Gerais. Sobre a atuação direta do movimento negro nas escolas, Mundinha Araújo afirmou em entrevista:

Nós achávamos que a luta era dentro das escolas, era fazendo parcerias. Em 1982 nós fizemos um convênio com a Secretaria de Educação porque nós queríamos a participação dos professores. Eles colocaram os professores à disposição para participarem da Semana do Negro. A gente fazia assim: “Vamos para o bairro do João Paulo”. Todos os professores das escolas que ficavam no bairro do João Paulo e adjacências iam para o mesmo local. E nós distribuíamos o material que a Secretaria de Educação também ajudou a rodar, deu o papel e tudo. E os de nós que seguravam mais eram os professores ... Foi algo que depois nós fizemos um documento e apresentamos lá no encontro da Candido Mendes, no Rio de Janeiro, em 1982. Me convidaram para participar de uma mesa redonda chamada “Movimento negro nos anos 1980” ... Quando fiz o relato, depois eles disseram: “Incrível, você esteve em 1979 conversando conosco [no IPCN, Instituto de Pesquisa das Culturas Negras, fundado em 1975 no Rio de Janeiro] e nós lhe demos orientação. Hoje você chega aqui e mostra um movimento que ninguém está fazendo. E lá no Maranhão!”. Todo mundo ficou encantado que a gente estivesse principalmente trabalhando o aspecto da educação, que a gente considerava prioridade.⁹

Essa intervenção nas escolas se ampliou muito nas últimas décadas, não só através da entrada de militantes negros nas escolas, seja por meio de parcerias ou da criação e distribuição de materiais didáticos, como faziam Mundinha

Araújo e o pessoal do CCN no Maranhão. Com o crescimento do movimento durante o processo de redemocratização na década de 1980 – principalmente a partir de 1988, ano do centenário da abolição da escravidão, quando centenas de manifestações foram realizadas por organizações do movimento negro em todo o país –, muitas lideranças foram formadas, e as mobilizações e articulações políticas construídas pelo movimento negro em diferentes âmbitos (com sindicatos, partidos políticos, instituições públicas e organismos do Estado nos níveis municipal, estadual e até federal, com representantes no Poder Legislativo etc.) tornaram possível a conquista de um novo ‘lugar político e social’ para o movimento negro, especialmente no campo educacional, como dizem Martha Abreu e Hebe Mattos:

Desde o final da década de 1990, as noções de cultura e diversidade cultural, assim como de identidades e relações étnico-raciais, começaram a se fazer presentes nas normatizações estabelecidas pelo MEC com o objetivo de regular o exercício do ensino fundamental e médio, especialmente na área de história. Isso não aconteceu por acaso. É na verdade um dos sinais mais significativos de um novo lugar político e social conquistado pelos chamados movimentos negros e antirracistas no processo político brasileiro, e no campo educacional em especial.¹⁰

O próprio texto da chamada “Constituição cidadã” de 1988 já refletia algumas das reivindicações de diferentes grupos sociais que até então não eram contemplados na construção dos currículos escolares de história, como se pode observar no parágrafo 1º do Art. 242 da Constituição, o qual já determinava que “O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro”. Para muitas lideranças do movimento social negro, a luta pela “reavaliação do papel do negro na História do Brasil” passava naquele momento diretamente pela intervenção no processo de construção das políticas curriculares, especialmente na construção dos currículos de história. Afinal, como dizem Antônio Flávio Moreira e Tomaz Tadeu da Silva:

O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento

transcendente e atemporal – ele tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação.¹¹

Sendo assim, a construção de um currículo que apresente as histórias e culturas de todas as matrizes formadoras de nossa sociedade, considerando-as todas importantes e complementares, sem o ‘tradicional’ viés eurocêntrico historicamente adotado, é algo fundamental para a formação de cidadãos com ‘identidades individuais e sociais’ diversas e que aprendam a respeitar as diferenças e possam lidar de maneira positiva com a pluralidade cultural, para que seja possível a construção de uma ‘autêntica democracia racial’. Esse novo ‘lugar político e social’, conquistado pelo movimento, tornou possível até mesmo a participação direta de intelectuais e ativistas negros no processo de construção de novas políticas curriculares no Brasil do final do século XX. Encontramos, por exemplo, lideranças negras atuando como consultores na elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de História, que foram divulgados pelo Ministério da Educação em 1998.

Em seu belo artigo, intitulado “O ensino de História e a luta contra a discriminação racial no Brasil”, quando analisa as possibilidades trazidas pelos PCNs, especialmente pelo tema transversal “Pluralidade Cultural”, Hebe Mattos propõe a separação, do ponto de vista teórico, entre as noções de ‘cultura’ e ‘identidade’. Segundo a autora, as identidades individuais e coletivas devem ser vistas como construções culturais, por isso históricas e relacionais, e que “dependem, em cada caso, das formas históricas em que as fronteiras entre *nós* e os *outros* se constroem, se reproduzem ou se modificam”.¹² Nesse sentido, devemos pensar a cultura como processo, no qual tradições e práticas culturais circulam, transformam-se e modificam-se. O tema “Pluralidade Cultural” foi definido pelos autores dos PCNs como um dos seis temas transversais (Ética; Pluralidade Cultural; Saúde; Orientação Sexual; Meio Ambiente; Trabalho e Consumo). Segundo os próprios autores, no texto de apresentação dos PCNs, os temas transversais “correspondem a questões importantes, urgentes e presentes sob várias formas na vida cotidiana”.¹³

O tema da pluralidade cultural é de fato urgente e importante. E concordo com Hebe Mattos, quando ela afirma que “a história se apresenta como disciplina-chave” para se desenvolver um trabalho em que, ao invés de “reforçar culturas e identidades de origem, resistentes à mudança, mais ou menos

‘puras’ ou ‘autênticas’”, se busque “educar para a compreensão e o respeito à dinâmica histórica das identidades socioculturais efetivamente constituídas” (Mattos, 2003, p.129). E, para que isso seja possível, é preciso que as histórias da África e dos africanos e as histórias da população negra no Brasil, em toda a sua complexidade, sejam pesquisadas e trabalhadas nas salas de aula de história. Foi nesse sentido, e em função da mobilização e das articulações políticas estabelecidas pelo movimento social negro, que em 9 de janeiro de 2003 foi sancionada a Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileiras em todas as escolas do país.¹⁴

MOVIMENTOS NEGROS NA FORMAÇÃO DO BRASIL

Mas por que estudar as histórias dos movimentos negros no Brasil? Talvez a melhor pergunta aqui seja esta: por que não estudamos as histórias dos movimentos negros no Brasil durante a nossa formação escolar?

Em cada período da história do Brasil houve movimentos negros com características distintas, que ainda precisam ser bastante pesquisadas e mais bem conhecidas. Tenho adotado o termo ‘movimento negro contemporâneo’ para designar, como já afirmei, as organizações e indivíduos que atuaram a partir da década de 1970 em torno da questão racial, lutando contra o racismo e por melhores condições de vida para a população negra, seja através de práticas culturais, de estratégias políticas, de iniciativas educacionais etc. – o que faz da diversidade e da pluralidade características desse movimento social. Ao longo de minhas pesquisas pude perceber nesse conjunto, complexo e diverso, características específicas que diferem das apresentadas por movimentos negros em períodos anteriores. A própria atuação em torno da questão racial, por exemplo, é algo que só se tornou possível a partir da consolidação da ideia de raça, em meados do século XIX.¹⁵ O que não significa que não tenha existido a luta dos negros no Brasil em períodos anteriores.

Joel Rufino dos Santos, partindo da afirmação de que “movimento negro é, antes de tudo, aquilo que seus protagonistas dizem que é movimento negro”, verificava nos discursos das lideranças do movimento, na década de 1980, duas definições existentes para o termo ‘movimento negro’. A primeira, que ele chama de movimento negro ‘no sentido estrito’ e diz ser ‘excludente’, considerava “movimento negro exclusivamente o conjunto de entidades e ações dos

últimos cinquenta anos, consagrados explicitamente à luta contra o racismo”. A segunda definição, a de movimento negro no ‘sentido amplo’, que ele afirma ser “a melhor definição de movimento negro”, é esta:

Todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo (aí compreendidas mesmo aquelas que visam à autodefesa física e cultural do negro), fundadas e promovidas por pretos e negros. (Utilizo preto, neste contexto, como aquele que é percebido pelo outro; e negro como aquele que se percebe a si.) Entidades religiosas, assistenciais, recreativas, artísticas, culturais e políticas; e ações de mobilização política, de protesto antidiscriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e ‘folclóricos’ – toda esta complexa dinâmica, ostensiva ou invisível, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro.¹⁶

Seguindo essa perspectiva, podemos afirmar que existiu ‘movimento negro’ no Brasil desde que os primeiros seres humanos escravizados na África chegaram à costa brasileira, como diz Abdias do Nascimento:

Não existe o Brasil sem o africano, nem existe o africano no Brasil sem o seu protagonismo de luta antiescravista e antirracista. Fundada por um lado na tradição de luta quilombola que atravessa todo o período colonial e do Império e sacode até fazer ruir as estruturas da economia escravocrata e, por outro, na militância abolicionista protagonizada por figuras como Luiz Gama e outros, a atividade afro-brasileira se exprimia nas primeiras décadas deste século sobretudo na forma de organização de clubes, irmandades religiosas e associações recreativas.¹⁷

Os movimentos negros na luta contra a escravidão, por exemplo, precisam ser estudados nas aulas de história. É importante levarmos para a escola básica as contribuições mais recentes da rica historiografia sobre a história da escravidão no Brasil, como afirma Hebe Mattos, “considerando o tema e suas implicações não apenas em seus aspectos econômicos, mas também em suas dimensões políticas e culturais”, pois para a autora “é impossível falar de qualquer aspecto da história do Brasil colonial ou oitocentista sem levar em conta o fato escravista e seu papel estruturante do ponto de vista econômico, político, social e cultural” (Mattos, 2003, p.135). Nesse sentido, concordando com a autora, creio que tão importante quanto levar para a escola básica a história da escravidão seja, nesse processo, inserir e enfatizar nas aulas as histórias das

lutas contra a escravidão em nosso país, as histórias das lutas dos movimentos negros e suas diferentes implicações para a formação de nossa sociedade.

Assim como o sistema escravista abrangeu todo o território nacional, as lutas contra a escravidão também se espalharam por todo o país, na medida em que, como dizem João José Reis e Flávio Gomes, “onde houve escravidão houve resistência. E de vários tipos”.¹⁸ Se o sistema escravista teve alguma importância para a estruturação do que conhecemos como o Brasil no século XIX, e se onde houve escravidão também houve a luta contra a escravidão, então a luta contra a escravidão também foi um elemento estruturante, que contribuiu, portanto, para a formação de nossa sociedade. Essa resistência, de que falam João Reis e Flávio Gomes, as lutas travadas de diferentes formas, desde as revoltas e a criação dos quilombos, tão bem estudados por esses e outros autores, até formas menos estudadas como as ações na Justiça para libertar pessoas escravizadas através do uso das leis, levadas a cabo pelo rábula negro Luiz Gama¹⁹ e por outros atores sociais, ou a ação no campo da educação, como a criação de escolas ainda no século XIX, como fez a escritora e professora negra Maria Firmina dos Reis no Maranhão em 1880,²⁰ todas essas formas de resistência e luta foram importantes para a formação de nossa sociedade.

As lutas da população negra no Brasil ganharam nova dimensão no período pós-abolição. Importantes organizações surgiram e se espalharam pelo país. Homens e mulheres negros, intelectuais, políticos, artistas, trabalhadores etc., se organizaram para lutar de diferentes formas contra a discriminação racial e por melhores condições de vida para a população negra. A publicação dos jornais da chamada ‘imprensa negra’ foi uma estratégia importante, desde o final do século XIX, para expressar os anseios e reivindicações desses setores da população negra que se organizavam nas grandes cidades, especialmente em São Paulo. Entre os jornais criados por negros no início do século XX, um dos mais conhecidos e estudados é *O Clarim d’Alvorada*, criado em 1924 na cidade de São Paulo por José Correia Leite e Jayme de Aguiar. Principalmente a partir de 1928, *O Clarim d’Alvorada* passou a se destacar como representante da luta contra a discriminação racial no Brasil, publicando diversas matérias fazendo críticas e denúncias de situações de discriminação.

A Frente Negra Brasileira (FNB), fundada em São Paulo em 1931 e com ramificações em vários estados brasileiros (Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Bahia), foi a maior organização

do movimento negro na primeira metade do século XX no Brasil, e chegou a servir de referência para a luta contra o racismo e por melhores condições de vida para os negros em outros países, com se verá adiante. Em 1933 a FNB criou seu próprio jornal, *A voz da raça*, e em 1936 tornou-se um partido político, que acabou fechado com todos os outros partidos durante o golpe do Estado Novo, em 1937. Com evidente caráter nacionalista, a FNB tinha como principal objetivo integrar a população negra ao conjunto da sociedade brasileira no que diz respeito aos direitos civis e sociais, como podemos observar no Artigo 1º de seu Estatuto, registrado em cartório no dia 4 de novembro de 1931:

Art. 1º – Fica fundada nesta cidade de São Paulo, para se irradiar por todo o Brasil, a Frente Negra Brasileira, união política e social da Gente Negra Nacional, para a afirmação dos direitos históricos da mesma, em virtude da sua atividade material e moral no passado e para reivindicação de seus direitos sociais e políticos, atuais, na Comunhão Brasileira.²¹

Em muitos casos, os jornais da ‘imprensa negra’ eram veículos de informação constituídos por organizações como os grêmios, clubes ou associações, que surgiram em algumas partes do país desde o final do século XIX, tendo objetivos semelhantes aos da FNB. Petrônio Domingues listou algumas dessas organizações:

Em São Paulo, apareceram o Club 13 de Maio dos Homens Pretos (1902), o Centro Literário dos Homens de Cor (1903), a Sociedade Propugnadora 13 de Maio (1906), o Centro Cultural Henrique Dias (1908), a Sociedade União Cívica dos Homens de Cor (1915), a Associação Protetora dos Brasileiros Pretos (1917); no Rio de Janeiro, o Centro da Federação dos Homens de Cor; em Pelotas/RS, a Sociedade Progresso da Raça Africana (1891); em Lages/SC, o Centro Cívico Cruz e Souza (1918). Em São Paulo, a agremiação negra mais antiga desse período foi o Clube 28 de Setembro, constituído em 1897. As maiores delas foram o Grupo Dramático e Recreativo Kosmos e o Centro Cívico Palmares, fundados em 1908 e 1926, respectivamente.²²

Entre essas organizações, o Centro Cívico Palmares, criado em 1926, merece destaque, pois, segundo George Andrews, essa organização teria sido um marco importante para a mobilização política dos negros em São Paulo, jus-

tamente durante o período que antecede a Revolução de 1930. Nesse sentido, o Centro Cívico Palmares viria a contribuir significativamente para a criação mais tarde da FNB, também em São Paulo. Havia muitos participantes em comum nas duas organizações, até mesmo em sua liderança, já que Arlindo Veiga dos Santos havia sido presidente do Centro Cívico Palmares e fora também o primeiro presidente da FNB, e alguns de seus militantes propunham uma ligação direta entre a criação de ambas as organizações, como neste trecho, publicado na primeira página do jornal *A Voz da Raça* de 3 de fevereiro de 1937: “A F.N.B. surgiu no Estado de São Paulo, graças à perspicácia da alma Paulista, que, desde 1926, já havia fundado o CENTRO CÍVICO PALMARES, com o mesmo objetivo da aludida organização” (grifos do autor). George Andrews diz o seguinte sobre as origens do Centro Cívico Palmares:

Em 1925, *O Clarim d'Alvorada* clamava pela criação do Congresso da Mocidade dos Homens de Cor, “um grande partido político composto exclusivamente de homens de cor”. Esses apelos não produziram resultados imediatos, mas sem dúvida foram parte do impulso subjacente à fundação, em 1926, do Centro Cívico Palmares. Assim chamado em homenagem ao quilombo de Palmares do século XVII, o centro originalmente destinava-se a proporcionar uma biblioteca cooperativa para a comunidade negra. A organização logo progrediu e passou a patrocinar encontros e conferências sobre questões de interesse público, e em 1928 lançou uma campanha para derrubar um decreto que proibia aos negros ingressar na milícia do Estado, a Guarda Civil. O centro foi bem sucedido ao requerer do governador Júlio Prestes que suspendesse o decreto, e depois o convenceu a derrubar uma proibição similar que impedia as crianças negras de participar de uma competição patrocinada pelo Serviço Sanitário de São Paulo para encontrar o bebê mais ‘robusto’ e eugenicamente desejável do Estado.²³

Embora os militantes do Centro Cívico Palmares tenham conseguido em 1928 a suspensão do decreto que proibia negros de entrarem na Guarda Civil do estado de São Paulo, somente em 1932 os militantes da FNB conseguiram, após reunião com o próprio presidente Getúlio Vargas no Distrito Federal, que duzentos negros paulistas fossem contratados para a Guarda Civil. Esse episódio demonstra a capacidade de negociação e o poder político alcançado naquele momento pela FNB. Vale ressaltar que a FNB apoiava o presidente Ge-

túlio Vargas durante o governo provisório e o chamava, nas páginas do *A voz da raça*, de “esperança fagueira do nosso Brasil”.

Graças à constante circulação de ideias e referenciais por toda a diáspora negra, na década de 1930 a Frente Negra Brasileira chegou a ser vista por negros norte-americanos e porto-riquenhos como um verdadeiro exemplo de luta por direitos civis e sociais. A imprensa negra, em diferentes países, contribuiu muito para essa circulação de ideias e referenciais sobre a luta dos negros em geral. Ainda no início do século XX é possível encontrar um interessante exemplo de intercâmbio entre dois jornais criados por negros, no Brasil e nos Estados Unidos: foi o estabelecido entre os jornais *O Clarim d’Alvorada* e *Chicago Defender*, este um dos mais importantes jornais da imprensa negra norte-americana, fundado na cidade de Chicago em 1905. Alguns anos depois de uma viagem de três meses realizada em 1923 por Robert Abbot, fundador e editor do *Chicago Defender*, pela América do Sul e especialmente pelo Brasil, Abbot passou a receber *O Clarim d’Alvorada* e a enviar o *Chicago Defender* para José Correia Leite, fundador e editor d’*O Clarim*.²⁴

Como demonstrei no capítulo intitulado “Circulação de referenciais: Brasil, Estados Unidos e África” de minha tese de doutorado (Pereira, 2010), ao realizar pesquisas no arquivo do jornal *Chicago Defender*, encontrei muitas reportagens falando sobre a questão racial no Brasil em meados das décadas de 1930 e 1940, justamente durante o período que vários historiadores consideram ser o ápice de importância da imprensa negra nos Estados Unidos. Encontrei reportagens como a publicada em 26 de outubro de 1935, sobre uma manifestação realizada pela Frente Negra Brasileira (FNB) no Rio de Janeiro e que, segundo o jornal, teria mobilizado 10 mil pessoas:

Esta organização, composta exclusivamente por brasileiros negros, tem direcionado suas energias contra a invasão dos direitos civis e constitucionais. Batendo na tecla da solidariedade nacional, ela tem conseguido eminentemente derrotar as forças do preconceito que, por pouco, ameaçaram minar o tradicional espírito de jogo limpo e igualdade pelo qual o Brasil foi conhecido antes do advento da insidiosa propaganda norte-americana.²⁵

É interessante perceber a referência à luta por ‘direitos civis’ (*civil rights*) levada a cabo pela FNB no Brasil. Segundo o jornal, a luta era pela manutenção de direitos civis e constitucionais, enquanto nos Estados Unidos esses direitos

ainda eram negados à população negra. O texto da reportagem seguia apresentando a FNB para o leitor norte-americano desta forma: “A Frente Negra é hoje a organização mais poderosa em todo o Brasil, exercendo uma influência política que mantém afastados todos aqueles que poderiam negar as garantias específicas da Constituição nacional”. Somente entre os anos de 1935 e 1937 a Frente Negra Brasileira esteve presente em nada menos do que vinte reportagens do *Chicago Defender*, em matérias como, por exemplo, “Brazilian politics seeking support of the Black Front” (20 mar. 1937), que, ao referir-se às eleições que se aproximavam, afirmava que “os associados à Frente Negra, de acordo com fontes autênticas, vão muito além dos 40 mil, com novos membros se associando diariamente”, e que “com sua solidez, essa organização representa hoje uma das forças mais poderosas a serem consideradas no Brasil”. Essa e outras reportagens foram publicadas sempre em sua edição semanal com circulação nacional.

Embora a FNB não tenha sido de fato a ‘organização mais poderosa em todo o Brasil’ da década de 1930, sua participação política em São Paulo e em outros estados era evidente. O seu número de associados e sua atuação política e social chamavam a atenção de brasileiros e de estrangeiros, como os editores do *Chicago Defender*, os quais olhavam para o Brasil naquele momento e viam muitos exemplos a serem seguidos, além de também demonstrarem abertamente, nas páginas do *Chicago Defender*, a sua admiração pela Frente Negra Brasileira. Um bom exemplo, nesse sentido, é a edição do dia 11 de janeiro de 1936, que trazia no topo da primeira página, em letras garrafais, esta manchete: “American Race Group takes cue from Brazil; Maps drive to shake off shackles in 1936”,²⁶ que apresentava para seus leitores os planos da “North American Fronte Negra” para o ano de 1936! Ainda na mesma edição, na página 24, havia outra matéria interessante: “Puerto Ricans organize Black Militant Front”, na qual o jornal afirmava que a criação da nova organização em Porto Rico também “foi inspirada no sucesso alcançado pela Frente Negra no Brasil”.

As histórias da FNB e de muitas outras organizações e indivíduos negros, pelo Brasil afora e em diferentes momentos ao longo do processo de formação de nossa sociedade, são ainda pouquíssimo estudadas nas aulas de história nas escolas de nosso país, embora seja evidente o fato de que essas histórias são partes importantes da história do Brasil. Conhecer essas histórias e levá-las

para as escolas, com embasamento teórico e seriedade no trato com os conteúdos, só pode beneficiar a formação de todos os alunos, sejam eles pretos, brancos, pardos, indígenas ou amarelos.

À GUIA DE CONCLUSÃO...

Infelizmente, ainda podemos encontrar em livros didáticos de história, e até mesmo no ‘senso comum’, visões estereotipadas sobre a população negra. População esta que, até poucos anos atrás, quando foi apresentada nos livros utilizados em nossas escolas, o foi de maneira discriminatória: como escravos passivos, seres inferiorizados, vítimas sofredoras ou pessoas estigmatizadas em funções subalternas, por exemplo. Podemos encontrar muitos trabalhos de pesquisa, principalmente na área da educação, produzidos desde a década de 1980, que já analisaram a discriminação dos negros nos livros didáticos.²⁷ A população negra, em geral, não foi historicamente apresentada nas escolas como sujeito de sua história, como homens e mulheres ativos nas lutas por liberdade ou por melhores condições de vida para si e para seus familiares.

Embora tenha havido mudanças recentemente nesse sentido, principalmente após a criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) em 1985 e com a publicação dos PCNs em 1998, ainda percebemos que há muito por fazer para conseguirmos mudar a forma como a população negra e suas histórias e culturas são apresentadas nas salas de aula. Atualmente podemos encontrar muitos avanços na historiografia brasileira em relação ao conhecimento sobre as diferentes formas de participação da população negra na formação da nossa sociedade. Avanços que têm contribuído significativamente para a tão reivindicada ‘reavaliação do papel do negro na História do Brasil’. Hoje podemos contar até mesmo com uma legislação, em âmbito nacional, nos convocando à realização de um trabalho com o ensino de história que seja democrático e que contemple as histórias das diferentes matrizes formadoras de nossa sociedade, inclusive as histórias das “lutas dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil”, como determina o texto da Lei 10.639/2003, que alterou a LDB em seu § 1º do Artigo 26-A.

Homens e mulheres negros e brancos, diferentes atores sociais, participaram das histórias de lutas por liberdade e por direitos civis e sociais, antes e depois da assinatura da Lei Áurea, que aboliu legalmente a escravidão no Brasil em 1888. A memória dessas lutas precisa estar nas escolas, e não somente a memória da escravidão. Aliás, a memória da escravidão atlântica, como se fosse a única forma de escravidão já existente no mundo, e a associação direta entre negritude e escravidão, inferiorizando africanos e seus descendentes, é algo absolutamente presente nas escolas brasileiras ainda hoje. E, além de ser um erro ‘histórico’, isso é algo danoso para as construções identitárias de jovens estudantes negros e brancos.

Como afirma Jacques Le Goff: “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”.²⁸ O protagonismo negro na luta contra a escravidão e na luta por melhores condições de vida no período pós-abolição deve ser pesquisado, conhecido e trabalhado nas escolas de nosso país. Protagonismo que vai de Zumbi dos Palmares, passando pelas instituições como as irmandades negras no século XIX, por personagens já citados aqui como Maria Firmina dos Reis e Luiz Gama, entre muitos outros, e chegando aos movimentos negros organizados na história da República brasileira. Essas histórias são partes da história do Brasil! E essas memórias precisam estar disponíveis para a população brasileira como um todo. Um país culturalmente diverso que se quer democrático, talvez deva lutar arduamente ‘por uma autêntica democracia racial’ nas escolas e nos currículos.

NOTAS

¹ Disponível em GONZALEZ, Lélia. O Movimento Negro na última década. In: GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. p.48-50.

² Sobre a história do movimento negro contemporâneo, ver: PEREIRA, Amílcar A. “O Mundo Negro”: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói (RJ), 2010.

³ A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) patrocinou uma série de pesquisas sobre as relações raciais no Brasil entre os anos de 1951 e 1952, pesquisas essas que, em seu conjunto, ficaram conhecidas como “Projeto Unesco”. As pesquisas, desenvolvidas no Nordeste e no Sudeste do Brasil, tinham o objetivo de apresentar

ao mundo a experiência brasileira no campo das relações raciais, julgada, na época, como bem-sucedida e ‘harmoniosa’. Entretanto, como afirmou Oracy Nogueira, um dos responsáveis pelo projeto Unesco no interior do estado de São Paulo, “a principal tendência que chama a atenção, nos estudos patrocinados pela Unesco, é a de reconhecerem seus autores a existência de preconceito racial no Brasil. Assim, pela primeira vez, o depoimento de cientistas sociais vem, francamente, de encontro [*sic*, o correto seria “ao encontro de”] e em reforço ao que, com base em sua própria experiência, já proclamavam, de um modo geral, os brasileiros de cor”. NOGUEIRA, Oracy. *Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985. p.77.

⁴ Florestan Fernandes foi, com Roger Bastide, responsável pelas pesquisas do Projeto Unesco na cidade de São Paulo, e se tornou pioneiro entre os intelectuais brasileiros que primeiro denunciaram a existência de racismo e o chamado ‘mito da democracia racial’ no Brasil. Ver, entre outros: FERNANDES, Florestan. *A integração do negro à sociedade de classes*. São Paulo: Ed. Nacional, 1965; e FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. 2.ed. rev. São Paulo: Global, 2007.

⁵ Ver, por exemplo: ALBERTO, Paulina Laura. *Black Activism and the cultural conditions for citizenship in a multi-racial Brazil, 1920-1982*. Tese (Doutorado em História) – University of Pennsylvania. Philadelphia, 2005; e KÖSSLING, Karin Sant’Anna. *As lutas anti-racistas de afrodescendentes sob vigilância do Deops/SP (1964-1983)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

⁶ A construção do 20 de Novembro como data a ser celebrada pela população negra foi a própria razão do surgimento de uma das primeiras organizações do movimento negro contemporâneo brasileiro, o Grupo Palmares. Esse Grupo foi fundado por Oliveira Silveira, com outros militantes, em 1971, em Porto Alegre (RS). O Grupo Palmares elegeu o Quilombo dos Palmares como passagem mais importante da história do negro no Brasil e realizou, ainda em 1971, o primeiro ato evocativo de celebração do 20 de Novembro. Seguindo a proposição do Grupo Palmares, durante a segunda Assembleia Nacional do MNU, realizada no dia 4 de novembro de 1978, em Salvador (BA), foi estabelecido o 20 de Novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra” – que hoje é feriado em mais de 400 municípios brasileiros e também faz parte do calendário escolar, por determinação do Artigo 79-B da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) alterada pela Lei 10.639/2003.

⁷ HASENBALG, Carlos. Desigualdades raciais no Brasil. In: HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson V. *Estrutura social, mobilidade e raça*. São Paulo: Vértice, 1988. p.121-122.

⁸ Maria Raimunda Araújo nasceu em São Luís em 8 de janeiro de 1943. Formada em comunicação social pela Federação das Escolas Superiores do Maranhão em 1975, Mundinha Araújo, como é conhecida, foi fundadora do Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN), em 1979, primeira vice-presidente da entidade, de 1980 a 1982, e ocupou a presidência no mandato seguinte, de 1982 a 1984. Foi diretora do Arquivo Público do Estado do Maranhão entre 1991 e 2003. A entrevista citada foi gravada em 10 set. 2004, em São Luís do Maranhão, durante a realização da pesquisa “História do movimento negro no Brasil:

constituição de acervo de entrevistas de história oral”, implementada por Verena Alberti e Amilcar Araujo Pereira no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV) entre 2003 e 2007.

⁹ ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar A. (Org.) *Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC/FGV, 2007. p.209.

¹⁰ ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. Em torno das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana: uma conversa com historiadores. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.21, n.41, jan.-jun. 2008. p.6.

¹¹ MOREIRA, Antônio Flávio B.; SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.) *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo: Cortez, 2002. p.8.

¹² MATTOS, Hebe. O ensino de História e a luta contra a discriminação racial no Brasil. In: ABREU, Martha; SOIHET, Raquel (Org.) *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2003. p.128.

¹³ BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais*. Brasília, 1998. p.17.

¹⁴ Vale lembrar que, em função da mobilização dos movimentos indígenas, a Lei 11.645, de 10 mar. 2008, tornou ainda mais complexa a discussão sobre os currículos de História no Brasil ao alterar a Lei 9.394, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB), de 20 dez. 1996, já modificada pela Lei 10.639, de 9 jan. 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

¹⁵ Sobre a construção da ideia de raça, ver o primeiro capítulo de minha tese de doutorado: PEREIRA, 2010.

¹⁶ SANTOS, Joel Rufino dos. O Movimento Negro e a crise brasileira. *Política e Administração*, v.2, p.287-303, jul.-set. 1985.

¹⁷ NASCIMENTO, Abdias do; NASCIMENTO, Elisa Larkin. Reflexões sobre o movimento negro no Brasil, 1938-1997. In: GUIMARÃES, Antônio Sérgio A.; HUNTLEY, Lynn. *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p.204.

¹⁸ REIS, João J.; GOMES, Flávio. *Liberdade por um fio: histórias dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.9.

¹⁹ Luiz Gama (1830-1882) nasceu em Salvador, Bahia, e é considerado por muitos historiadores como um dos maiores abolicionistas brasileiros. Embora tenha nascido livre, por ser filho de uma escrava forra, foi vendido como escravo pelo pai aos 10 anos de idade. Na juventude aprendeu a ler e tomou ciência de sua condição de homem livre. Autodidata, tornou-se rábula, um advogado sem formação universitária, e atuou nos tribunais em São Paulo, onde conseguiu libertar mais de 500 pessoas escravizadas. Foi também jornalista e fundador do Partido Republicano Paulista. Ver: SANTOS, Luiz Carlos. *Luiz Gama*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

²⁰ Maria Firmina dos Reis (1825-1917) nasceu em São Luís do Maranhão. Autodidata, foi professora, musicista, compôs o *Hino à libertação dos escravos*, colaborou em vários jornais com poesias e em 1859 publicou o livro *Úrsula*, que pode ser considerado o primeiro romance abolicionista brasileiro e um dos primeiros de autoria feminina no Brasil. Em 1880 fundou a primeira escola mista do Maranhão. Ver: MENDES, Algemira Macedo. *Amélia Beviláqua e Maria Firmina dos Reis na história da literatura: representação, imagens e memórias nos séculos XIX e XX*. Tese (Doutorado em Letras) – PUC/RS. Porto Alegre, 2006.

²¹ *Apud* LEITE, José Correia; CUTI (Luiz Silva). *...E disse o velho militante José Correia Leite: depoimentos e artigos*. Org. e textos: CUTI (Luiz Silva). São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p.95.

²² DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo* (UFF), Niterói (RJ), v.23, 2007. p.103.

²³ ANDREWS, George R. *Negros e brancos em São Paulo*. Bauru: Edusc, 1998. p.227.

²⁴ José Correia Leite (1900-1989) foi também um dos fundadores da FNB, em 1931. Contudo, desligou-se da Frente ainda no momento da aprovação do estatuto da entidade, por divergir de sua inclinação ideológica, e fundou então o Clube Negro de Cultura Social, em 1932. Participou da Associação do Negro Brasileiro, fundada em 1945. Em 1954 fundou em São Paulo, com outros militantes, a Associação Cultural do Negro (ACN), e em 1960 participou da fundação da revista *Niger*.

²⁵ As traduções dos trechos das reportagens foram feitas pelo autor deste artigo. A versão em inglês pode ser encontrada no terceiro capítulo de PEREIRA (2010).

²⁶ “Grupo Racial Americano segue exemplo do Brasil; Mapeia campanha para livrar-se dos grilhões em 1936”. Até meados do século XX ainda era comum na imprensa negra norte-americana a utilização dos termos *race people* ou *colored people* para se referir à população negra. Somente a partir de meados dos anos 1960 o termo *black* passou a ser o mais usado para falar da população negra nos Estados Unidos.

²⁷ Ver, entre outros: ROSENBERG, Fúlvia. *Literatura infantil e ideologia*. São Paulo: Global, 1985; e SILVA, Ana Célia da. *A discriminação do negro no livro didático*. Salvador: Ceao/UFBA, 1995.

²⁸ LE GOFF, Jacques. *Memória*. In: Enciclopédia Einaudi, v.I. *Memória-História*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984. p.46.

Artigo recebido em 20 de janeiro de 2012. Aprovado em 26 de março de 2012.